



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

**TERCEIRO SETOR: grau de transparência das ONGs voltadas
para o desmatamento da Amazônia.**

Alana Gomes de Aguiar

BRASÍLIA, DF

2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutor Paulo Augusto Petenuzo de Britto
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

ALANA GOMES DE AGUIAR

**TERCEIRO SETOR: grau de transparência das ONGs voltadas
para o desmatamento da Amazônia.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área: Contabilidade e o Terceiro Setor

Orientadora: Prof^a. Msc. Fernanda Jaqueline Lopes

Brasília, DF

2017

DE AGUIAR, Alana Gomes

TERCEIRO SETOR: grau de transparência das ONGs voltadas para o desmatamento da Amazônia. / Alana Gomes de Aguiar; orientadora Fernanda Jaqueline Lopes. - - Brasília, 2017.

34 p.

Monografia (Graduação – Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, 2017.

1. Desmatamento. 2. Amazônia Legal. 3. Terceiro Setor 4. ONG's. 5. Transparência. I. Lopes, Fernanda Jaqueline. II. Título.

ALANA GOMES DE AGUIAR

**TERCEIRO SETOR: grau de transparência das ONGs voltadas
para o desmatamento da Amazônia.**

Banca Avaliadora:

Prof.^a Fernanda Jaqueline Lopes
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais Universidade de Brasília (UnB)
(Orientadora)

Prof.^a Fátima de Souza Freire, Doutora.
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais Universidade de Brasília (UnB)
(Membro Avaliador)

Brasília, DF
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Agradeço aos meus pais, Victaliano Aguiar e Liana Aguiar por terem me ensinado o valor do estudo e do esforço, pelo apoio, amor que eles me deram a vida inteira, me incentivando a buscar sempre os melhores resultados.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, Alexandre Magno e Thiago Camelo por terem lido meu trabalho e me apoiarem para que eu o concluísse.

Aos meus amigos, por todo carinho que me deram nos últimos anos e fizeram com que minha experiência na graduação fosse muito enriquecedora.

Ao Rodrigo Castro, por ter me feito companhia nas ocasiões em que eu estava escrevendo meu trabalho.

Um agradecimento especial a Prof^ª. Msc. Fernanda Jaqueline Lopes, que me concedeu a oportunidade de trabalhar com ela e de poder desfrutar de seu conhecimento, paciência e atenção.

“Be the change you want to see in the world.”

Mahatma Gandhi

TERCEIRO SETOR: grau de transparência das ONGs voltadas para o desmatamento da Amazônia.

RESUMO

A Amazônia Legal possui um total de 5 milhões de Km² e engloba 9 estados. O bioma amazônico abarca a maior biodiversidade do mundo, até o ano de 2015, essa floresta foi devastada em 766.448 Km², o que representou 15,12% de sua totalidade. Organizações sem fins lucrativos se destacam pelos projetos desenvolvidos na Amazônia no combate ao desmatamento. No entanto, para obter um maior volume de financiamento para esses projetos, os doadores, apresentam interesse em organizações que demonstrem e compartilhem suas ações e possuem gestão transparente. Pautando-se pela análise descritiva dos dados a presente pesquisa tem como objetivo verificar a quantidade de informações que podem ser encontradas nos endereços eletrônicos das ONG's que combatem o desmatamento da Amazônia legal. A amostra foi composta por 14 instituições que possuíam página eletrônica. Verificou-se, de modo geral, quais ONG's ambientais trabalhavam com algum projeto cujo foco principal seja a Amazônia. Posteriormente, averiguou-se como era apresentada a prestação de contas, por meio de relatórios disponibilizados voluntariamente por essas organizações; e por fim, foi verificado se nos relatórios, era disponibilizado algum tipo de indicador ou informação sobre os beneficiados dos projetos. Como contribuição da pesquisa, identificou-se como é apresentada a transparência pelas organizações sociais e quais são os beneficiados desses projetos.

Palavras-chave: Desmatamento. Amazônia Legal. Terceiro Setor. ONG's. Transparência.

ABSTRACT

The Legal Amazon has a total of 5 million km², and encompasses 10 states. Amazon bioma has the greatest biodiversity in the world. Since 2015, the forest suffered with 766.448 km² of deforestation, wich is 15,12% of its totality. Non-profit organizations are being highlighted by anti-deforestation projects in Amazon. However, to improve the financial volume of donations, donors demand for organizations that demonstrate and share their actions and has a transparent administration. Based on the descriptive analysis of the data, the present research aims to verify the amount of information that can be found in the electronic addresses of the Non-profit organizations that combat the deforestation of the Legal Amazon. The sample consisted of 14 institutions that had an electronic page. It was generally verified which environmental Non-profit organizations worked with some project whose main focus is the Amazon. Later, it was examined how the accountability was presented, through reports voluntarily made available by these organizations; and finally, it was verified if, in the reports, some kind of indicator or information was available on the beneficiaries of the projects. As a contribution of the research, it was identified how transparency is presented by social organizations and which are the beneficiaries of these projects.

Key words: Deforastation, Legal Amazon, Third Sector, Non-profit Organizations, Transparency.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra final	23
--------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas Fundações, determinadas pela NBC T 10.....	22
Quadro 2 – Ano, tipo de relatório e financiador disponível no endereço eletrônico das entidades	25
Quadro 3 – Beneficiados com os projetos das ONG's	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de demonstração apresentadas durante os anos de relatório disponível	28
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CES RIOTERRA – Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente
CI – Instituto *Conservation Internacional* do Brasil SC
CI-Br – Conservação Internacional Brasil
CNEA – Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas
CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV – Instituto Centro da Vida
IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFT – Instituto Floresta Tropical
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM – Instituto de Pesquisa da Amazônia
ISA – Instituto Socioambiental
IUCN – União Mundial pela Conservação da Natureza
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
ONG – Organização Não Governamental
SCM – Sociedade Civil Mimiraua
TNC – *The Nature Conservancy*

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT	8
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE GRÁFICOS.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Amazônia Legal x Desmatamento.....	17
2.2 Terceiro Setor	18
2.2.1 Transparência no setor terciário	20
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 Coleta de dados e Amostra	23
3.2 Plano de análise	24
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	25
4.1 Organizações Não Governamentais.....	25
4.2 Informações disponíveis nos relatórios	27
4.3 Beneficiados com os projetos	28
5 CONCLUSÃO.....	30
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	31
APÊNDICE A	39

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal possui um total de 5 milhões de Km² e engloba os estados do Amazonas, Amapá, Acre, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°) (Censo, 2000). O bioma amazônico abarca a maior biodiversidade do mundo. Além disso, a floresta representa um papel importante na regulação do clima e nos reservatórios de água (RAMOS, *et al* 2014).

Segundo o sistema de Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite, até o ano de 2015, essa floresta foi devastada em 766.448 Km², o que representou 15,12% de sua totalidade. Questões como o aumento da pecuária bovina, exploração madeireira, agricultura familiar de forma irregular, agricultura com foco no cultivo de soja, algodão e o aumento da população são fatores que contribuem para a diminuição da floresta (FEARNSIDE, 2003; ALENCAR *et al.*, 2004 e LAURANCE *et al.*, 2004).

Para Schroder (2010), com a ascensão das questões ambientais a visão do Estado e da sociedade para com o patrimônio natural da Amazônia, começaram a mudar, sendo necessário buscar alternativas que reduzam o impacto ambiental, mas não prejudique o desenvolvimento econômico. As organizações não governamentais (ONG) desempenham um importante papel no processo de aprofundamento e expansão da educação ambiental (TRISTÃO E TRISTÃO, 2016). Além de atuarem em ações para impedir a deterioração ambiental, também promovem alternativas para o desenvolvimento sustentável, por meio de parcerias com a comunidade, governo e entidades privadas e internacionais.

Entidades como Greenpeace, Instituto Centro de Vida, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, *The Nature Conservancy*, Conservação Internacional, Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, *Imazon* e WWF-Brasil se destacam pelos projetos desenvolvidos na Amazônia no combate ao desmatamento. As ONGs ganham cada vez mais espaço no cenário mundial e por vezes suas atividades são mais reconhecidas do que aquelas desempenhadas pelo próprio Estado (RABINOVICI, 2008).

No entanto, para obter um maior volume de financiamento para esses projetos, a sociedade, órgãos governamentais, financiadores internacionais e nacionais e doadores individuais, apresentam interesse em organizações que demonstrem e compartilhem suas ações e possuem gestão transparente.

A prestação de contas das ONG's serve para legitimar e fortalecer a imagem das

organizações na sociedade, assim apresentam os resultados alcançados e o processo dos projetos executados para melhoria dos déficits sociais (COULE, 2015). Para facilitar esse procedimento a tecnologia está sendo uma aliada para essas organizações (DUMOND, 2013). Neste contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: *Qual o grau de transparência no processo de prestação de contas das ONG's que desenvolvem projetos contra o desmatamento da Amazônia Legal?*

Como forma de responder ao problema de pesquisa, o objetivo geral do presente estudo é verificar a quantidade de informações que podem ser encontradas nos endereços eletrônicos das ONG's que combatem o desmatamento da Amazônia legal.

Para atingir o objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar quais são as principais ONG's que atuam contra o desmatamento da Amazônia;
- b) Identificar quais são as organizações que possuem página na internet;
- c) Verificar no sítio dessas ONG's, como é apresentado a prestação de contas.
- d) Verificar se é apresentado alguma informação sobre quem é beneficiado com esses projetos.

Justifica-se o trabalho, em virtude do crescimento e a importância da atuação do Terceiro Setor na economia, o qual necessita da captação de recursos financeiros para garantir a continuidade dos projetos. Deste modo, torna-se essencial o controle e divulgação de suas ações de forma transparente, e prestando contas dos recursos aos financiadores e a sociedade em geral, assim é uma forma de melhorar a imagem da organização perante a sociedade. E também pela importância da conservação e redução do desmatamento, pois são assuntos que suscitam a atenção e preocupação do planeta.

Este artigo está estruturado em cinco partes a contar da introdução. Na segunda parte tem-se o referencial teórico seguido da metodologia e resultados da pesquisa. Na quinta parte são apresentadas as considerações finais, limitações da pesquisa e sugestão de pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Amazônia Legal x Desmatamento

O governo brasileiro, através da Lei 1.806 de 06/01/1953, instituiu um dispositivo com a finalidade de implementação e avaliação das políticas públicas regionais para Amazônia, passando a denominá-la de Amazônia Legal e transformando-a em uma espécie de região político-administrativa (BARBOZA e LOPES, 2009). Segundo Carvalho e Domingues (2016), a Amazônia Legal foi esboçada com o propósito de planejamento regional.

Com o tamanho de cinco milhões de Km², essa região engloba os estados do Amazonas, Amapá, Acre, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°), (INEP, 2004). Atualmente, abriga 21 milhões de habitantes e apresenta características estruturais diferente das demais regiões do Brasil, especialmente por abrigar a maior floresta tropical do mundo. Devido a sua grande biodiversidade, a floresta Amazônica é pauta de debates internacionais sobre o desmatamento (CARVALHO; MAGALHAES e DOMINGUES; 2016).

A população da Amazônia Legal passou por um intenso processo de crescimento e, por consequência, sua área de “floresta urbanizada” se desenvolve, contribuindo para um adensamento urbano (BERCKER, 1995). Com o crescimento da população, corredores de acesso foram criados, com abertura de estradas ocasionando um dos principais fatores para o desmatamento (ANDERSEN E REIS, 1997; PFAFF, 1992; NEPSTAD *et al.*, 2001; SOARES-FILHO *et al.*, 2005).

Segundo Lemos e Silva (2011), as principais causas do desmatamento podem ser consideradas pela expansão da agricultura, a falta de ordenamento territorial e as obras de infraestrutura. Vale ressaltar que algumas causas citadas para o incentivo ao desmatamento carrega um peso histórico pelo crescimento da população. De acordo com Sonaglio *et al.* (2008), para o desenvolvimento de forma sustentável, essa região necessita principalmente da participação dos atores locais, que demandam recortes específicos em espaços menores. Para Lemos e Silva (2011), no “arco do desmatamento” que abrange desde o Maranhão até Rondônia, encontra se as maiores taxas de desmatamento.

O estado que mais desmatou na Amazônia Legal foi Mato Grosso, com cerca de 239.705 km², o que o que significa 48,95% de diminuição da sua floresta nativa. Já o estado com o menor índice de degradação foi o Amapá com 2.035 km² correspondendo a uma perca

de 1,41% da sua floresta (LEMOS E SILVA, 2011).

Martins e Zanon (2007) ressaltam que as atividades econômicas associadas ao desmatamento como a pecuária, agronegócio e mineração, apresentam um grande risco à proteção da biodiversidade na Amazônia Legal.

A pecuária está ligada ao desenvolvimento econômico, mas seus índices socioeconômicos apresentam mais representatividade nas áreas urbanas e não rurais (ARRES; MARIANO E SIMONASSI, 2012). Essa atividade, segundo Domingues e Bermann (2012) foi a maior responsável pela redução da floresta amazônica.

Apesar da expansão da fronteira do agronegócio, envolvendo o plantio de soja, seu avanço não tem gerado o desmatamento diretamente (DOMINGUES e BERMAN, 2012). Isso acontece porque as áreas de pastagem cedem lugar para a cultura de soja (RIVERO *et al.*, 2009).

O triângulo formado por Carajás (PA), Belém (PA) e São Luiz (MA), é famoso pela exploração mineral (PRATES e BACHA, 2011). Segundo Temporim *et al.* (2017), essas atividades provocam instabilidade no solo, devido ao movimento de massas rochosas, declives íngremes das minas, chuvas torrenciais e outros fatores que ocorrem nas operações de minerações. Com esses efeitos negativos, o solo amazônico se torna mais vulnerável devido às escavações profundas causando instabilidade na região (PARADELLA, *et al.*, 2015).

2.2 Terceiro Setor

No Brasil, a denominação terceiro setor é usado para classificar instituições que não se enquadram no ramo das atividades estatais do primeiro setor (MANAS e MEDEIROS, 2012). Sendo assim, abrange as fundações empresariais, organizações populares e não governamentais que atuam como parceiros nas demandas sociais (ANDION, 2001). São consideradas do âmbito privado e operam desenvolvendo atividades de interesse público, buscando soluções para problemas fora da logística do Estado (RODRIGUES, 1998).

A Lei 9.790/99, denominada como a Lei do Setor Terciário, tem como objetivo estabelecer um Termo de Parceria entre o Poder Público e essas instituições, para criar vínculos e fomentar atividades ligadas a essas organizações. Sobre a relevância assumida por esse tema na sociedade, Ferreira e Ferreira (2006) discorrem que existem duas óticas capazes de explicar essa evolução. A primeira delas são discursões que explicam como o terceiro setor

está inserido nos outros setores da economia. A segunda é a conscientização da iniciativa privada e dos indivíduos para sua responsabilidade social.

Um dos maiores segmentos do terceiro setor são as ONG's (VENTURA e DARBILLY, 2004) e apresentam maior representatividade no setor terciário mundial, com um total de 540 mil entidades registradas (TACHIZAWA, 2004). Para Fernandes (1997), a expressão ONG foi originada a partir da nomenclatura de representação das Organizações das Nações Unidas (ONU), que por sua vez significa entidades que não representam o governo.

Os registros de serviços oferecidos pelas ONG's no Brasil vêm desde o período colonial, desenvolvido por meio de ações sócias de caráter religioso a partir da Primeira Republica (OLIVEIRA, 2003). No entanto, a ascensão do assunto configurou-se a partir de 1970, quando ONG'S relacionadas com movimentos de defesa ao meio ambiente e outras ações se tornaram mais visíveis (MANAS e MEDEIROS, 2012). Essas instituições não possuem fins lucrativos, portanto não fazem a distribuição de lucro, são autogovernadas e também ajudam a sociedade em questões não supridas pelo Estado (SALAMON e ANHEIER, 1999).

O Brasil, por se tratar de um país em desenvolvimento, enfrenta déficit em diversas áreas, havendo carência em diferentes serviços oferecidos a população. Nesse contexto há uma transferência parcial de responsabilidade para outras organizações, as quais possam ser capazes de sanar essas questões (RODRIGUES, 2012). De acordo com Dias (2003), as organizações não governamentais (ONG) desempenham esse papel e apresentam múltiplas formas de atuação contra essa desigualdade social (BORIS,2006).

Em 2010, o IBGE publicou dados que apontavam a existência de 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil. Destas, 28,5% são voltadas predominantemente à religião, 15,5% associações patronais e profissionais, 14,6% ao desenvolvimento de direitos e 0,8% entidades relacionadas à preservação do meio ambiente e proteção animal. Vale ressaltar que apesar da pequena representação das entidades envolvidas com meio ambiente, esse contexto ganhou ampla proporção e significado, devido às transformações do planeta por interferência do homem, produzindo consequências negativas e resultando em grandes problemas ambientais (SANTOS e SILVA, 2017).

No Brasil, foi instituído o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalista (CNEA), pela RESOLUÇÃO CONAMA/Nº 006/89, cujo objetivo era construir um banco de dados com o registro de todas as entidades ambientais não governamentais, tendo como sua principal

finalidade a defesa do meio ambiente. Nesse cadastro foram registradas 668 entidades em todo o Brasil, sendo distribuído em 6,74% na região Norte, 18,71% no Nordeste, 11,53% no Centro Oeste, 43,71 % no Sudeste e 19,31% no Sul do país.

No CNEA estão cadastradas aproximadamente 37 instituições que cuidam de questões referentes ao desmatamento da Amazônia. No cenário brasileiro, as ONGs têm suporte jurídico na Constituição Federal, art. 225, Lei 6.938 de 31/08/1989, para sua efetiva participação nas questões ambientais. Em 2007 as ONG's selaram o Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo fim do desmatamento da Amazônia o qual visa cobrar do governo e da sociedade um compromisso pela valorização da floresta amazônica e o fim do desmatamento.

Para Rabinovici (2008), as ONGs que buscam transformação do meio ambiente, são em grande parte induzidas, criadas ou financiadas por organizações internacionais. Em pesquisa realizada pelo jornal O Estado de S. Paulo em 13 de outubro de 2007, constatou que países como: Alemanha, Estados Unidos, Japão e Holanda investem juntos, por ano cerca de R\$ 108,9 milhões na preservação da floresta. O valor do dinheiro injetado pelos estados da Amazônia Legal é de R\$ 96,4 milhões de reais em 2005, e o investimento do Ministério do Meio Ambiente é de R\$ 58 milhões em 2006.

Os investimentos realizados são utilizados para financiar estudos sobre viabilidade econômica de produtos da floresta, pesquisas sobre ecologia e educação ambiental, além de um fortalecimento de pesquisas científicas (ABDALA, 2000). As ONGs que se destacam por esse trabalho são: WWF-Br, *The Nature Conservancy* (TNC), Conservação Internacional Brasil (CI-Br), Amigos da Terra, União Mundial pela Conservação da Natureza (IUCN), Greenpeace e Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM). Em muitos casos, suas atividades são mais reconhecidas do que aquelas desempenhadas pelo próprio governo (RABINOVICI, 2008).

Há indicadores que podem ser utilizados para o controle do trabalho das ONGs, de acordo com Rabinovici (2005), são eles: retorno do investimento aportado pelos financiadores; benefícios a população beneficiada pelos programas desenvolvidos e análise da execução dos objetivos propostos.

2.2.1 Transparência no setor terciário

Para as organizações do setor terciário, a transparência deve ser uma premissa básica em busca da credibilidade face a sociedade (MILANI FILHO, 2004). A prestação de contas é de

responsabilidade da gestão de cada organização sendo isso importante para o esclarecimento das destinações dos recursos recebidos (GIMENES e LEONARDO, 2010). Para Souza *et al.* (2012), uma entidade do terceiro setor pode ser considerada transparente quando apresentam zelo na elaboração e apresentação dos relatórios de prestação de contas aos usuários.

Segundo Oliveira (2009), existe dois tipos de prestação de contas. A primeira delas seria a financeira que engloba a forma de destino e distribuição dos recursos financeiros. A segunda é a não financeira que são os relatórios com o desenvolvimento das atividades realizadas. No entanto, algumas entidades não tem o cuidado da divulgação da prestação de contas financeira e não financeira. Assim a cultura de não transparência é cultivada, em muitas vezes não conseguindo fomento necessário para seu crescimento (FALCONER, 1999).

Desde 2007, essas instituições precisam apresentar a prestação de contas do exercício anterior, por meio do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça, sob a pena de não receber a certidão de regularização.

A contabilidade nesse setor se torna um importante parâmetro para os doadores de recursos, que podem avaliar o impacto social promovido (NIYAMA e SILVA, 2008). Portanto, a elaboração das demonstrações contábeis, satisfazem as necessidades de transparência exigida (BETTIOL JÚNIOR, 2005). Para Olak e Nascimento (2006) as normas e práticas contábeis para esse setor ainda são embrionárias.

Com a evolução do terceiro setor e da contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade editou normas técnicas aplicáveis para esse setor. Tal fato foi disciplinado com as seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC T 10.4 – Fundações; NBC T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe; NBC T 10.19 - Entidade sem finalidades de lucros e NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais.

De acordo com a NBCT 10 as entidades do Terceiro setor devem apresentar as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado ou Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo do Disponível e Notas Explicativas. O quadro 1 abaixo especifica os principais itens que devem conter nestas demonstrações.

Quadro 1 – Demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas Fundações, determinadas pela NBC T 10:

Demonstração	Descrição
Balanço Patrimonial	<p>10.4.4.1 O balanço Patrimonial das Fundações deve evidenciar os componentes patrimoniais que lhe são pertinentes, de modo a possibilitar aos seus usuários a adequada interpretação da sua posição patrimonial e financeira.</p> <p>10.4.4 A conta Capital (item 3.2.2.12I) será substituída pela conta Patrimônio Social, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados (item 3.2.2.12 III) pela conta Superávits ou Déficit Acumulados.</p>
Demonstração do Resultado ou Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício	<p>10.4.5.1 A denominação da Demonstração do Resultado (item 3.3 da NBC T 3) é alterada para Demonstração do Superávit ou Déficit, a qual deve evidenciar a composição do resultado de um determinado período. Além dessa alteração, a NBC T 3 é aplicada substituindo a palavra resultado dos itens 3.3.2.3 d, 3.3.2.3 g e 3.3.2.3 m, pela expressão superávit ou déficit.</p> <p>10.4.5.2 A demonstração do resultado deve evidenciar, de forma segregada, as contas de receitas e despesas; estas, quando identificáveis, por tipo de atividade.</p>
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	<p>10.4.6.1 A denominação Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (item 3.5 da NBC T 3) é alterada para Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, que deve evidenciar num determinado período, a movimentação das contas que integram o seu patrimônio. Além dessa alteração, a NBC T 3 é aplicada com a substituição da palavra lucros, dos itens 3.5.2.1 c, 3.5.2.1.f e 3.5.2.1.h, pela palavra superávit; e a palavra prejuízo, do item 3.5.2.1 i, pela palavra déficit.</p> <p>10.4.6.2 As Fundações estão dispensadas da elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (NBC -3-4), por estar incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.</p>
Demonstração de Origem e Aplicação dos Recursos	<p>10.4.7.1 Na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (item 3.6 da NBC T 3), a palavra resultado do item 3.6.2.1, a, é substituída pela expressão superávit ou déficit.</p>
Demonstração do Fluxo do Disponível	<p>10.4.8.1 A divulgação das demonstrações contábeis deve obedecer à NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis.</p>
Notas Explicativas	<p>10.4.9.1 As notas explicativas devem incluir informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">a) as principais atividades desenvolvidas pela Fundação;b) as principais práticas contábeis adotadas;c) os investimentos relevantes efetuados no período e os anteriormente existentes;d) a origem e a natureza das principais doações e outros recursos de valor significativo;e) os detalhes dos financiamentos a longo prazo; ef) os detalhes das contingências na data do encerramento do exercício e dos prováveis efeitos futuros.

Fonte: Elaboração Própria a parti da NBC T 10.4.

3 METODOLOGIA

3.1 Coleta de dados e Amostra

Para o desenvolvimento do presente estudo, os dados foram obtidos em duas etapas. Primeiramente foi realizada uma busca no portal do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2017), cujo objetivo era identificar as ONG's atuantes no país e que tenham registro no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalista (CNEA). Na segunda etapa, essas instituições foram listadas em uma planilha do Microsoft Excel (2017) já classificadas por região. Verificou-se alguns itens como: endereço eletrônico, se apresentavam projetos contra o desmatamento da Amazônia e se disponibilizavam alguma forma de prestação de contas. Considera para esta pesquisa como itens de prestação de contas: relatório de atividades, relatório anual, relatório de gestão, relatório de auditoria e demonstrações financeiras, em sitio eletrônico.

Sendo assim, para o desenvolvimento do trabalho, a análise se restringiu apenas as instituições que possuíam página eletrônica. A escolha deste método justifica-se pelo acesso a essas informações. Assim foi construída uma lista das ONG's que combatiam a deterioração da Amazônia, havia sitio eletrônico e divulgavam algum documento referente à sua prestação de contas. Foram analisadas 668 organizações, destas foram encontrados 284 sites ativos e apenas 40 ONG's com algum tipo de projeto voltado ao desmatamento da Amazônia. Destas apenas 13 instituições publicam algum dado referente à prestação de contas.

A tabela 1, a seguir, apresenta as ONG's que compõem a amostra final.

Tabela 1- Amostra final.

ORGANIZAÇÕES SELECIONADAS
Associação Civil Geenpeace
Associação SOS Amazônia
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente (CES RIOTERRA)
Centro dos trabalhadores da Amazônia (CTA)
Instituto Centro de Vida (ICV)
Instituto Conservation International do Brasil SC (CI)
Instituto de Conservação e Desenvolvimento sustentável do Amazonas (IDESAM)
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)
Instituto Floresta Tropical (IFT)
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)
Instituto Socioambiental (ISA)
Instituto Vitória Régia
Sociedade Civil Mimiraua (SCM)

Fonte: Elaboração própria com base em MMA (2017).

Na segunda fase, foram obtidos os relatórios de atividades, anual, gestão, auditoria e demonstrações financeiras no sítio da internet das organizações da amostra. E foi realizado um checklist para verificar se dentro desses relatórios, continham as demonstrações exigidas pela NBCT 10.4. Além disso, foi verificado se possuía algum tipo de informação do impacto desses projetos na comunidade e se apresentavam algum indicador.

3.2 Plano de análise

A pesquisa descritiva tem por objetivo descrever de forma criteriosa os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (TRIVIÑOS, 2008). Para Augusto *et al.* (2011) essa análise permite novas visões sobre a realidade já conhecida. O presente trabalho pautou-se pela análise descritiva dos dados, verificando como as ONG's, através do seu endereço eletrônico, apresentam sua prestação de contas para a sociedade.

Para responder ao primeiro objetivo específico, foram identificados quais ONG's ambientais trabalhavam com algum projeto cujo foco principal seja a Amazônia, visto que esse universo abrange outros biomas como o Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.

Posteriormente, em consonância com o segundo objetivo específico, foi realizado a busca do endereço eletrônico de cada organização. Presume-se que essas instituições, disponibilizem formas de comunicação com a sociedade, para facilitar o acesso dos financiadores, doadores e da sociedade que é beneficiada com os projetos.

No terceiro objetivo específico, averiguou-se como era apresentada a prestação de contas, por meio de relatórios disponibilizados voluntariamente por essas organizações. Acredita-se que por se tratar de instituições que recebem recursos por meio de doações, todas as demonstrações, parcerias, colaboradores e destinação dos recursos estarão disponíveis no sítio eletrônico, e os relatórios estarão disponíveis em todos os anos e uniformemente.

Por fim, foi verificado se nos relatórios, era disponibilizado algum tipo de indicador ou informação sobre os beneficiados dos projetos dessas ONG's. Espera-se que essas informações sejam disponibilizadas, para compreender como essas organizações conseguem beneficiar a Amazônia.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Organizações não Governamentais

A seguir é apresentada uma tabela com os relatórios disponíveis, o tipo de relatório apresentando, seu respectivo ano e os financiadores das ONG's:

Quadro 2 – Ano, tipo de relatório e financiador disponível no endereço eletrônico das entidades.

Organização	Financiamento	Relatórios	Período
Associação Civil Geenpeace	Doações de Pessoas Físicas.	Relatórios Anuais	1999 a 2016
Associação SOS Amazônia	Setor Governamental, Parceiros Setoriais.	Relatórios de Atividade	2002 a 2015
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente (CES RIOTERRA)	Doações de Pessoas Físicas, Setor Governamental, Parceiros Setoriais.	Relatórios Anuais e de Auditoria	2015 e 2016
			2014 a 2016
Centro dos trabalhadores da Amazônia (CTA)	Agências de Cooperação, Setor Governamental e Setor Privado, Parceiros Setoriais.	Relatórios Anuais	2007 e 2008
Instituto Centro de Vida (ICV)	Setor Governamental, Empresas e Mídias.	Relatórios de Atividade	2005 a 2015
Instituto Conservation International do Brasil SC (CI)	Agências de Cooperação, Setor Governamental e Setor Privado, Parceiros Setoriais, Parceiros Internacionais.	Relatórios de Atividade e Demonstrações	2005, 2006, 2007, 2013, 2014 e 2015
			2007 a 2015
Instituto de Conservação e Desenvolvimento sustentável do Amazonas (IDESAM)	Setor Governamental e Setor Privado, Parceiros Internacionais, Parceiros Setoriais,	Relatórios Institucionais	2007 a 2015
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)	Setor Governamental, Parceiros Setoriais.	Relatórios de Atividade	2009 a 2016
Instituto Floresta Tropical (IFT)	Setor Governamental, Parceiros Internacionais, Setor Privado.	Relatórios Atividade e de Auditoria	2007 a 2014
			2013 a 2016
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Setor Governamental, Parceiros Internacionais,	Relatórios Atividade e de Auditoria	2001 a 2016
Instituto Socioambiental (ISA)	Setor Governamental, Parceiros Internacionais, Parceiros Setoriais.	Relatórios Atividade e Financeiro	2000 a 2016
Instituto Vitória Régia	Setor Governamental, Parceiros Internacionais, Parceiros Setoriais.	Relatórios Atividade e Financeiro	2011 a 2016
Sociedade Civil Mimiraua (SCM)	Setor Governamental, Parceiros Internacionais, Parceiros Setoriais, Universidades.	Relatório de Gestão	2001 a 2016

Fonte: Elaboração própria com base no site das instituições (2017).

Das 13 organizações da amostra, observou-se que todas disponibilizaram em seu endereço eletrônico informações referentes à sua cultura organizacional (visão, missão e valores), procurando levar para comunidade a transparência em suas atividades organizacional.

A uniformidade da divulgação dos relatórios é importante, pois proporciona ao usuário características semelhantes para tornar as comparações apropriadas. Assim foram identificados nos modelos apresentados, os dados que tivessem relação com o foco da pesquisa como os demonstrativos, indicadores e as demonstrações contábeis. Após análise, dos relatórios elaborados por essas organizações, não foi possível verificar um padrão determinado a respeito do tipo e forma de exposição das informações. Cada entidade possui uma maneira diferenciada de desenvolvê-lo.

No desenvolvimento do trabalho das organizações, são necessários aportes financeiros de diversas fontes. Das instituições escolhidas, duas delas recebem doações de pessoas físicas, a primeira é o Greenpeace, que é financiada em sua totalidade por esse recurso, e o CES RIO TERRA que além desse tipo de doação, possui recursos que advém de outras fontes.

O governo financia quase todas as organizações, sendo o maior representante dos financiadores, não estando presente apenas no Greenpeace, por se trata de uma ONG com apenas um segmento de doação. Os recursos provenientes do governo podem vir de três formas: convênios, concursos públicos e termos de parceria.

Os parceiros setoriais, geralmente ajudam com aportes financeiros os projetos que desenvolvem políticas públicas. Buscam contribuir para a auto sustentação financeira da instituição. Comumente não há preocupação com a divulgação do seu nome como financiador. Outro financiamento, que é de grande importância para as ONG's ambientais, são os recursos de entidades internacionais. Os doadores internacionais podem representar governos estrangeiros, órgãos internacionais ou entidades privadas. As organizações que contam com esse financiamento geralmente apresentam suas demonstrações mais robustas como CI, IEB e ISA.

4.2 Informações disponíveis nos relatório

A NBC T 10.19 – Entidades sem Finalidade de Lucro - estabelece sobre os critérios e procedimentos específicos de avaliação de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas

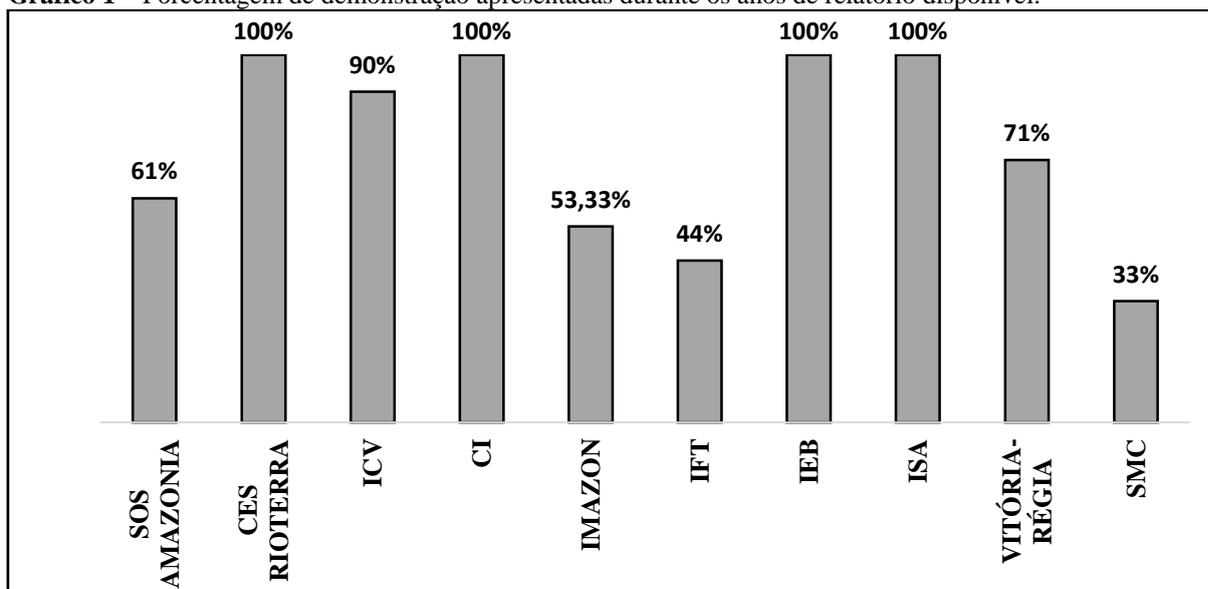
das Entidades sem fins lucrativos. O inciso 10.19.1.7 da mesma norma apresenta que essas organizações estão sujeitas aos mesmos procedimentos contábeis da NBC T 10.4 – Fundações e NBC T 10,18 – Entidades Sindicais e Associações de Classe.

No quadro 1, são apresentadas as demonstrações contábeis para o Terceiro Setor, segundo as NBC T 10, que são o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado ou Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo do Disponível e Notas Explicativas. Das 13 organizações estudadas, apenas 10 apresentaram alguma informação sobre as demonstrações exigidas como Geenpeace, SOS Amazônia, CES RIOTERRA, CTA, ICV, CI, IDESAM, AMAZON, IFT, IEB, ISA, Vitória Régia, SCM.

Acerca do período de divulgação dos documentos de gestão no endereço eletrônico, cada instituição apresenta uma base de anos diferenciada. Para permitir a comparabilidade sobre qual instituição publicou as demonstrações no período disponível no sitio eletrônico, foi necessário a realização de um cálculo para cada organização. Foi utilizado quantidade total anos com algum documento de prestação de contas, e a quantidade de anos em que dentro dos relatórios apresentavam alguma demonstração exigida pela NBC T 10.4. Então foi realizado regra de três para achar a porcentagem da apresentação das demonstrações durante os anos de relatório divulgado, esses dados estão em consonância com o apêndice A.

A seguir é apresentado, um gráfico com a porcentagem de demonstrações divulgadas no endereço eletrônico das organizações desse estudo.

Gráfico 1 – Porcentagem de demonstração apresentadas durante os anos de relatório disponível.



Fonte: Elaboração própria com base nas demonstrações disponíveis (2017).

Observa-se que apenas CES RIOTERRA, CI, IEB e ISA, apresentam suas demonstrações em todos os anos em que houve divulgação em sua página da internet. As demais mesclam com informações operacionais das ONG's. O demonstrativo mais comum é o Balanço Patrimonial, onde é apresentado em todas as vezes que uma demonstração é exposta. A Demonstração do Fluxo de Caixa mesmo não estando presente na NBC T 10.04 aparece em nove das organizações acima. Outro ponto que vale ser ressaltado é a falta de uniformidade na apresentação das demonstrações em algumas instituições. Em alguns anos eram exibidas todas as demonstrações exigidas, e no ano seguinte era divulgado apenas uma demonstração.

Os indicadores ou demonstrativos, geralmente tratam da destinação dos recursos e demonstram os recursos financeiros recebidos dos doadores e sua aplicação em projetos. Organizações como Greenpeace, ICV, IDESAM, IFT, IEB, ISA, SCM costumam apresentar demonstrativos mais elaborados, destrinchando as Despesas, Receitas, Receitas por Sócios, Evolução do Número de Sócios e Voluntários. Já SOS Amazônia, Imazon, Vitória-régia divulgam demonstrativos mais simplificados como a origem e aplicação dos recursos.

4.3 Beneficiados com os projetos

Os beneficiários dos projetos desempenhados pelas ONG's, de modo geral é toda população, pois o resultado desse trabalho afeta na qualidade de vida de toda a sociedade, especialmente os que estão próximos geograficamente (MARQUES; MERLO; NAGANO, 2005). Para os mesmos autores, uma organização que é transparente com as informações sobre integrantes, parceiros e beneficiários, podem influenciar positivamente na visão dos usuários.

A seguir é apresentado um quadro com as informações obtidas nos relatórios apresentados pelas organizações no último ano de sua publicação. As instituições que não apresentaram informações referentes aos beneficiários dos projetos, não compõem o quadro abaixo.

Quadro 3 – Beneficiados com os projetos das ONG's.

Organização	Famílias	Comunidades	Pessoas	Grupos Indígenas
SOS AMAZÔNIA	3.060	55	-	-
CESRIOTERRA	500	-	-	-
IC	-	-	-	375
IDESAM	-	-	3.030	-
IFT	-	-	6.831	-
IEB	-	-	5.862	-
ISA	30	-	-	-
VITORIA REGIA	520	-	2.742	-

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios disponíveis (2017).

Ao analisar os relatórios, observa-se que algumas instituições apresentam por projeto a quantidade de beneficiados e nas demais o total dos favorecidos. Quando se utiliza o termo “famílias beneficiadas”, o conceito sobre quantidade usada não é apresentado. O mesmo acontece com o termo “comunidades”.

No tocante capacitação, os cursos que apresentam alternativas capazes de minimizar o desmatamento, mas sem afetar na produtividade, é o tópico que as organizações mais apresentam informações. As instituições em geral, apresentaram o total de pessoas beneficiadas ou até mesmo o valor utilizado para o custeio desse evento. As ONG's que apresentam dados dos beneficiários de acordo com o quadro 3, são as mesmas que apresentaram algum tipo de demonstração em parâmetro com a tabela 1.

5 CONCLUSÃO

A Amazônia Legal brasileira é uma região com peculiaridades que demandam tratamento diferenciado quando se trata de planejar e incentivar seu desenvolvimento. O aumento do desmatamento da Amazônia é uma realidade. É preciso progredir nas articulações das soluções produtivas que envolvam a diversidade de interesses econômicos e sociais existentes. As ONG's ambientais possuem atividades de educação ambiental, publicações científicas, campanhas de mobilização e publicação de políticas públicas, entre outras. Atualmente, verifica-se que as ONG's têm uma participação significativa em nossa sociedade.

O objetivo desta pesquisa foi verificar a quantidade de informações que podem ser encontradas nos endereços eletrônicos das ONG's que combatem o desmatamento da Amazônia legal. Foram identificados quais eram as demonstrações, indicadores e relatórios disponibilizados voluntariamente por essas instituições. Desta forma, este estudo pode contribuir para identificar quais organizações sociais estão em consonância com a NBC T 10.4, como é apresentada a prestação de contas e quais são os beneficiados desses projetos a comunidade. Para tal, foi desenvolvido um estudo de natureza descritiva, por meio de um levantamento de dados com 14 organizações do Terceiro Setor que tinham página na internet. Apesar de a transparência ser um dos elementos capazes de fortalecer a relação de confiança entre as ONG's e os doadores, a análise dos resultados mostrou que o nível de transparência das organizações pesquisadas é baixo. Ao analisar os relatórios emitidos pelas ONG's de modo a viabilizar novos recursos, conclui-se que essas instituições não divulgam informações suficientes.

Deve-se aumentar a visibilidade e o número de trabalhos envolvendo o terceiro setor na Amazônia Legal, pois as informações disponíveis são escassas, dificultando o aprofundamento das análises desse setor e sua relação com o desmatamento. Como limitações destaca-se a falta de informações disponíveis. Muitas organizações não apresentavam endereço eletrônico e quando apresentavam muitas vezes não disponibilizavam relatório de gestão. A internet é um importante veículo de comunicação para as ONG's e facilita uma maior transparência a um público mais amplo.

Dessa forma torna-se necessário, apresentar formas que estimulem as organizações a divulgarem suas informações para aumentar as discussões teóricas e a prática da transparência. Sugere-se para futuras pesquisas, um aprofundamento sobre o tema Terceiro

Setor, em especial as Organizações não governamentais (ONGs) voltadas para as questões ambientais. Outra sugestão é mensurar o trabalho dessas organizações, nas comunidades atingida, por meio dos relatórios apresentados.

REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO

ABDALA, Fábio de Andrade. *O Poder da Floresta: Ecologia e Política Internacional na Amazônia*. Campinas, 2000. Dissertação. Departamento de Ciência Política, UNICAMP.

Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/.../Abdala_FabiodeAndrade_M.pdf>.

Acesso em 01 de outubro de 2017.

ACERVO JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, impresso em 13 de outubro de 2007.

Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20071013-41633-nac-1-pri-a1-not>>.

Acesso em 05 de outubro de 2017.

ALENCAR, Ane; NEPSTAD, Daniel; MCGRATH, David; MOUTINHO, Paulo; PACHECO, Pablo; DIAZ, Maria del Carmen Vera; SOARES FILHO, Britaldo. *Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica*. Manaus: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), 2004. Disponível em: <

https://www.researchgate.net/publication/253238220_Desmatamento_na_Amazonia_Indo_Al_em_da_Emergencia_Cronica>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

ANDERSEN, Lykke E.; REIS, Eustáquio J. *Deforestation, Development, and Government Policy in the Brazilian Amazon: An Econometric Analysis*. Texto para Discussão n. 513. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, set. 1997. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3730>.

Acesso em 10 de outubro de 2017.

ANDION, Carolina. *Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, EBAP/ FGV: 1998.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7680/6246>>.

Acesso em 09 de outubro de 2017.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque; MARIANO, Francisca Zilania; SIMONASSI, Andrei Gomes. *Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial*. Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), v. 50, n. 1, jan/mar. 2012, pp. 119-14. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000100007>.

Acesso em 06 de outubro de 2017.

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque et al. *Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)*. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, dec. 2013.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007>.

Acesso em 05 de outubro de 2017.

BARBOZA, Renato; LOPES, Tarsio Vinicius. *Organizações não governamentais na região da Amazônia legal brasileira: o caso da saúde*. Ver. Psicol.. polít., São Paulo, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100010>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

BECKER, Bertha K. *A Amazônia nos cenários para planejamento ambiental*. Em Atlas Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, s.d.

BETTIOL JÚNIOR, Alcides. *Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor: um estudo de caso*. Universidade de São Paulo: 2005. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08062005.../DissertacaoMestrado.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

BORIS, Elizabeth T. *Nonprofit organizations in a democracy: varied roles and responsibilities*. Nonprofits & government: collaboration and conflict. 2. ed. Washington DC: Urban Institute, 2006. p. 1-36. Disponível em: <<http://socio.ch/movpar/boris.htm>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução Nº 1.143/2008. NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência. Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. Resolução Nº 737/92, de 11 de dezembro de 1992. NBC T 6 Divulgação. Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. Resolução Nº 837/99, de 22 de fevereiro de 1999. NBC T 10.4 Fundações. Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. Resolução Nº 838/99, de 22 de fevereiro de 1999. NBC T 10.18 – Entidades. Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. Resolução Nº 926/01, de 19 de dezembro de 2001. NBC T 10.19 - Entidades sem finalidade de lucro. Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Institucional – Amazônia Legal – O que é*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/informacoes-ambientais/geologia/2286-np-amazonia-legal/15819-amazonia-legal.html>>.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. *Sistema PRODES. Monitoramento da cobertura florestal da Amazônia por satélites*. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>. Acesso em: 08 de nov. 2017.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. *PRODES estima 7.989 km² de desmatamento por corte raso na Amazônia em 2016*. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: 2016. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4344>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Diário Oficial: Brasília, 07 de janeiro de 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial: Brasília, 02 de setembro de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Diário Oficial: Brasília, 24 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONAMA. CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS – CNEA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cneaenti.cfm?regiao=co>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

CARVALHO, Terciane Sabadini; MAGALHAES, Aline Souza; DOMINGUES, Edson Paulo. *Desmatamento e a contribuição econômica da floresta na Amazônia*. Estud. Econ., São Paulo, v. 46, n. 2, p. 499-531, jun 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612016000200499&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

CARVALHO, Terciane Sabadini; DOMINGUES, Edson Paulo. *Projeção de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal brasileira entre 2006 e 2030*. Nova econ., Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 585-621, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512016000200585&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 09 de outubro de 2017.

COULE, Tracey M. “*Nonprofit governance and accountability: Broadening the theoretical perspective*”, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 44, p. 77-97. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0899764013503906#articleCitationDownloadContainer>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

DE SOUZA, Fábiana Jayani Viana; DANTAS, Edinez Barros; ARAÚJO, Aneide Oliveira; DA SILVA, Maurício Corrêa. *Prestação de Contas no Terceiro Setor: uma Análise das Entidades Possuidoras do Título de Utilidade Pública Federal no Estado Do Rio Grande do Norte (Accountability in the Third Sector: An Analysis of the Entities Possessing Federal Public Utility Title of the State of Rio Grande Do Norte)*. *Rev. ConTexto*, Porto Alegre, v. 12, nº 21, p. 105-116, 1º sem. 2012. ISSN – 2175-8751. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/.../26037-110131-1-PB_contexo_02.pdf>. Acesso em 09 de outubro de 2017.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. *O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja*. *Ambient. soc.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1-22, sgo. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000200002>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

DUMOND, Georgette E. “*Nonprofit virtual accountability: An index and its application*”, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 42, n. 5, pp. 1049-1067. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1033.8856&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em 26 de outubro de 2017.

FALCONER, Andres Pablo. *A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: 1999. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/andres_falconer.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

FEARNSIDE, Philip M. *A floresta Amazônia nas mudanças globais*. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), 2003. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2003/livro%20Floresta%20amazonica%20nas%20mudancas%20globais%20ED%20MIOLO%20web.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

FERNANDES, Rubem César. *O que é o terceiro setor?* *Revista do legislativo*. Belo Horizonte, n. 18, p. 26-30, abr./jun. 1997, 1997.

FERREIRA, Marcelo Marchine; FERREIRA, Cristina Hillen Marchine. *Terceiro setor: um conceito em construção, uma realidade em movimento*. In: SEMANA DO CONTADOR DE MARINGÁ, 18, 2006, Maringá. Anais. Maringá UEM, 2006. Disponível em: <http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_30.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

GIMENES, Éder Rodrigueus. *Transparência na prestação de contas por entidades do terceiro setor*. Revista Urutaguá, Acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM, nº 20 – jan/fev/mar/abr de 2010 – ISSN 1519.6178. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/6493/5220>>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

LAURANCE, William F.; ALBERNAZ, Ana K. M.; FEARNSTIDE, Philip M.; VASCONCELOS, Heraldo L.; FERREIRA, Leandro V. In: *Deforestation in Amazonia*. Revista Science nº 304: 2004, pp. 1109- 1111. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/304/5674/1109.2>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

LEMOS, André Luiz Ferreira; SILVA, José de Arimatea. *Desmatamento na Amazônia Legal: Evolução, Causas, Monitoramento e Possibilidades de Mitigação Através do Fundo Amazônia*. Floresta e Ambiente, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ: Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.98-108. 2011. Disponível em: <<http://www.floram.org/files/v18n1/v18n1a11.pdf>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

MAÑAS, Antonio Vico; DE MEDEIROS, Eptácio Ezequiel. *Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socio-econômico*. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 2, n. 2, p. 15-29, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4264310.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

MARQUES, Daniel Siqueira Pitta; MERLO, Edgard Monforte; NAGANO, Marcelo Seido. *A questão da avaliação da legitimidade de ONGs*. REGE Revista de Gestão, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 67-84, jun 2005. ISSN 2177-8736. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36518/39239>>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

MARTINS, L. K. P.; ZANON, P. C. F. *Uso de geotecnologias na proteção da biodiversidade*. Anais do XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis. São Jose dos Campos: INPE: 2007. p. 4029-4036.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. *A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho*. 2004. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://bdpi.usp.br/single.php?id=001414543>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

NEPSTAD, Daniel; CARVALHO, Georgia; BARROS, Ana Cristina; ALENCAR, Ane; CAPOBIANCO, João Paulo; BISHOP, Josh; MOUTINHO, Paulo; LEFEBVRE, Paul; SILVA JUNIOR, Urbano Lopes; PRINS, Elaine. *Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests. Forest Ecology and Management*, n. 154, p. 395–407, 2001. Disponível em: <https://www.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/usys/ites/ecosystem-management-dam/documents/EducationDOC/TRF_DOC/Nepstad2001.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. SILVA, César Augusto tibúrcio. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2008.

OLAK, Paulo Arnaldo; DO NASCIMENTO, Diogo Toledo. *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor): inclui capítulos sobre contabilidade por fundos*. Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. *Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro*. Universidade Federal de Pernambuco: 2009.

Disponível em:

<http://repositorio.ufpe.br:8080/bitstream/handle/123456789/4961/arquivo1610_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, M. D. *ONGs, sociedade civil e terceiro setor em seu relacionamento com o estado no Brasil*.

PARADELLA, Waldir R.; FERRETTI, Alessandro; MURA, José C.; COLOMBO, Davide; GAMA, Fabio F.; TAMBURINI, Andrea; SANTOS, Athos R.; NOVALI, Fabrizio; GALO, Mauricio; CAMARGO, Paulo O.; SILVA, Arnaldo Q.; SILVA, Guilherme G.; SILVA, Aristotelina; GOMES, Leonardo L. *Mapping surface deformation in open pit iron mines of Carajás Province (Amazon Region) using an integrated SAR analysis*. Journal Elsevier. Engineering Geology, v. 193, p. 61-78, 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/129317/WOS000357350000005.pdf?sequence=1>>. Acesso em 03 de outubro de 2017.

<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/129317/WOS000357350000005.pdf?sequence=1>>. Acesso em 03 de outubro de 2017.

PFAFF, Alexander S. P. *What Drives Deforestation in the Brazilian Amazon? Evidence from satellite and Socioeconomic Data*. 1997 (Working Paper, 1772). Disponível em:

<http://web.mit.edu/globalchange/www/MITJPSPGC_Rpt16.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. *Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia*. Economia e Sociedade, v. 20, n. 3, p. 601-636, 2011.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n3/a06v20n3.pdf>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

RABINOVICI, Andrea. *As Organizações Não – Governamentais e o caráter internacional da gestão dos recursos naturais*. InterCivitas – Boletim de Relações Internacionais. Faculdades Tancredo Neves. São Paulo/SP 3(11):5-6 junho/julho/2004.

_____. *ONGs transnacionais na Amazônia Brasileira, divergências entre militantes e militares*. Anais do IV ENANPPAS Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Brasília: 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-13-175-20080508210714.pdf>>. Acesso em 16 de setembro de 2017.

RAMOS, Marina Courrol. *O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal: Seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região*. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 1, ago. 2014. ISSN 2317-8558. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/45010>>. Acesso em 09 de setembro de 2017.

RIVERO, Sérgio et al. *Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia*. Nova econ., Belo Horizonte, v. 19, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000100003>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

RODRIGUES, Noeli. In: *ONGs: A sociedade civil e o Papel do Estado*. XXVI Semana de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Curitiba s.d. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT%208/A%20Sociedade%20Civil%20e%20o%20Estado.pdf>>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K.; LIST, Regina; TOEPLER, Stefan; SOKOLOWSKI, S. Wojciech. *Global civil society: dimensions of the nonprofit sector*. Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999. p. 3-39. Disponível em: <<http://ccss.jhu.edu/wp-content/uploads/downloads/2011/08/Global-Civil-Society-I.pdf>>. Acesso em 01 de setembro de 2017.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Adriana Maria. *A importância da educação ambiental para graduandos da Universidade Estadual de Goiás: Campus Morrinhos*. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 18, n. 2, p. 71-86, Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122017000200071&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

SCHRODER, Mônica. *Desenvolvimento rural, meio ambiente e políticas públicas: os caminhos do fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia brasileira*. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 3, n. 3, p. 53-67, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/170>>. Acesso em 16 de setembro de 2017.

SOARES FILHO, Britaldo Silveira. *Cenário de Desmatamento para a Amazônia*. Estudos Avançados, v. 19, n. 54, p. 137-152, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200008>. Acesso em 16 de setembro de 2017.

SONAGLIO, Cláudia Maria; VIEIRA, Norberto Martins; DE CARVALHO, Fátima Marília Andrade. In: Crescimento e desigualdades da renda per capita no arco do povoamento adensado, Amazônia Legal. Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, p. 44-77, dez. 2008. ISSN 1982-6729. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/download/323/438>>. Acesso em 05 de setembro de 2017.

TACHIZAWA, Takeshy. *Organizações não governamentais e Terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004. Acesso em 26 de setembro de 2017.

TEMPORIM, Filipe Altoé et al. *Application of persistent scatterers interferometry for surface displacements monitoring in N5E open pit iron mine using TerraSAR-X data, in Carajás Province, Amazon region*. Braz. J. Geol., São Paulo, v. 47, n. 2, p. 225-235, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-48892017000200225>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

TRISTÃO, Virgínia Talaveira Valentini; TRISTÃO, José Américo Martelli. *A contribuição das ongs para a educação ambiental: uma avaliação da percepção dos Stakeholders*. Ambient. soc., São Paulo, v. 19, n. 3, p. 47-66, Sept. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n3/pt_1809-4422-asoc-19-03-00047.pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2008.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DARBILLY, Leonardo Vasconcelos Cavalier. *Redes em organizações não-governamentais: estudo de caso do comitê para democratização da informática*. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, p. 89-107, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/4733>>. Acesso em 16 de setembro de 2017.

APENDICE A

GEENPEACE						
1999	2000-2002	2003, 2004, 2006, 2008, 2009, 2010	2005	2007	2011 a 2014	2015, 2016
Campanhas; Parceiros; Demonstrativo: Despesas, Receitas, Campanha Sócios;	Campanhas; Parceiras; Demonstrativo: Despesas; Receita, Receitas por Sócios, Evolução do Número de Sócios;	Campanhas; Parceiras; Demonstrativo: Despesas; Receita;	Campanhas; Parceiras;	Campanhas; Parceiras; Demonstrativo: Despesas; Receita; Total de Colaboradores; Investimento por área;	Campanhas; Parceiras; Demonstrativo: Despesas; Receita; Perfil do Colaborador;	Campanhas; Parceiras; Demonstrativo: Despesas, Voluntários, Perfil dos colaboradores;

SOS AMAZÔNIA				
2002-2004	2005-2007	2008-2009	2010-2014	2015
Campanhas; Parceiras;	Campanhas; Parceiras; Conquistas; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Superávit ou Déficit, Das Mutações do Patrimônio Social, Das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas. Parecer do Auditor; Demonstrativo: Origem dos recursos; Aplicação dos recursos; Arrecadação;	Campanhas; Parceiras; Demonstrativo: Origem dos recursos; Aplicação dos recursos;	Campanhas; Parceiras; Demonstrativo: Origem dos recursos; Aplicação dos recursos; Financiamento por Projetos Demonstração: Balanço Patrimonial;	Campanhas; Parceiras; Demonstração: Balanço Patrimonial; Do Superávit ou Déficit.

CESRIOTERRA	
2014	2015-2016
Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Superávit ou Déficit, Das Mutações do Patrimônio Social, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas. Parecer do Auditor;	Campanhas; Parceiras; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Superávit ou Déficit, Das Mutações do Patrimônio Social, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas. Parecer do Auditor;

CTA		
2007-2008		
Campanhas; Parceiras;		
ICV		
2005	2006-2009	2010-2015
Campanhas; Parceiras; Demonstrativo: Despesas; Receita;	Campanhas; Parceiras; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Superávit ou Déficit, Das Mutações do Patrimônio Social, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas. Parecer do Auditor;	Campanhas; Parceiras; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Superávit ou Déficit, Das Mutações do Patrimônio Social, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas. Parecer do Auditor; Desenvolvimento de todos os setores da ONG, Demonstrativos: Número de colaboradores, Indicadores sobre os colaboradores,

CI	
2007-2013-2014-2015	2008-2009-2010-2011-2012
Campanhas; Parceiras; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Superávit ou Déficit, Das Mutações do Patrimônio Social, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas. Parecer do Auditor;	Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Superávit ou Déficit, Das Mutações do Patrimônio Social, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas. Parecer do Auditor;

IDESAM				
2007-2008	2009-2010	2011	2012-2013	2014-2015
Campanhas; Parceiras; Demonstrativo: Despesa Receita Por programa	Campanhas; Parceiras; Demonstrativos: Origem de Recursos, Aplicação dos Recursos nos projetos, Aplicação dos Recursos na instituição,	Campanhas; Parceiras; Demonstrativos: Origem de Recursos, Aplicação dos Recursos nos projetos, Aplicação dos Recursos na instituição, Entrada de Recursos	Campanhas; Parceiras; Demonstrativos: Evolução da Equipe, Entrada de Recursos, Aplicação de Recursos,	Campanhas, Parceiras, Demonstrativos: Entrada de Recursos, Total de Receitas, Total de Despesas,

IMAZON		
1999-2006	2005-2007	2008-2014
Campanhas, Parcerias, Demonstrativo: Receita por Doador, Despesa,	Campanhas, Parcerias, Demonstrativo: Receita por Doador, Aplicação de Recursos, Parecer do auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Superávit e Déficit dos Exercícios, Das mutações do patrimônio líquido dos Exercícios, Das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios,	Campanhas, Parcerias, Demonstrativo: Receita por Doador, Aplicação de Recursos, Parecer do auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Superávit e Déficit dos Exercícios, Das mutações do patrimônio líquido dos Exercícios, Do Fluxo de Caixa dos Exercícios

IFT					
2006	2007-2008-2011	2009-2010	2012	2013-2014	2015
Campanhas; Parceiros;	Campanhas; Parceiros; Demonstração: Despesa, Receita.	Campanhas; Parceiros; Contribuição dos doadores; Demonstrativo: Projetos em execução, Projeto em andamento, Despesa, Receita.	Campanhas; Parceiros; Demonstrativo: Projetos em execução, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado, Do Resultado Abrangente, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Do Fluxo de Caixa - Método Indireto.	Campanhas; Parceiros; Demonstrativo: Projetos em execução, Parecer do Auditor; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado, Do Resultado Abrangente, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Do Fluxo de Caixa - Método Indireto. Notas Explicativas,	Parecer do Auditor; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado, Do Resultado Abrangente, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Do Fluxo de Caixa - Método Indireto. Notas Explicativas,

IEB				
1999-2004	2005-2006	2007-2008	2009/2010/2011	2012/2013/2014/2015/2016
Campanhas; Parceiros; Demonstrativo: Indicadores de avaliação dos treinamentos, Parecer do Auditor; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do superávit, Do Resultado Abrangente, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Das origens e aplicações de recursos,	Campanhas; Parceiros; Demonstrativo: Indicadores de avaliação dos treinamentos, Parecer do Auditor; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do superávit, Do Resultado Abrangente, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Das origens e aplicações de recursos, Notas Explicativas	Campanhas, Parceiros; Demonstrativo: Indicadores de avaliação dos treinamentos, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do superávit, Do Resultado Abrangente, Do Fluxo de Caixa, Das Mutações do Patrimônio Líquido,	Campanhas, Parceiros; Demonstrativo: Indicadores de avaliação dos treinamentos, Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do superávit, Do Fluxo de Caixa, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Do Valor Adicionado, Notas Explicativas	Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do superávit, Do Fluxo de Caixa, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Do Valor Adicionado, Notas Explicativas

ISA					
2000	2001- 2002- 2003-2004	2005-2006	2007-2008- 2013- 2014-2016	2010	2015
Campanhas; Parceiros; Desenvolvimento de todos os setores da ONG, Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Demonstrativo: Evolução da Receita, Evolução das Despesas, Receita por tipo de financiamento, Despesa por Projeto, Despesa por Área de Atuação, Distribuição da despesa total, Receita por projeto, Valor Orçado X Valor realizado, Notas Explicativas,	Campanhas; Parceiros; Desenvolvimento de todos os setores da ONG, Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Das Origens e aplicações de Recurso, Das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrativo: Evolução da Receita, Evolução das Despesas, Receita por tipo de financiamento, Despesa por Projeto, Despesa por Área de Atuação, Distribuição da despesa total, Receita por projeto, Notas Explicativas,	Campanhas; Parceiros; Desenvolvimento de todos os setores da ONG, Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Das Origens e aplicações de Recurso, Das Mutações do Patrimônio Social, Notas Explicativas,	Campanhas; Parceiros; Desenvolvimento de todos os setores da ONG, Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Social, Do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas	Campanhas; Parceiros; Desenvolvimento de todos os setores da ONG, Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Social, Do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas Demonstrativos: Evolução dos gastos por área, Evolução e origem dos recursos, Distribuição dos gastos por área, Distribuição dos recursos Perfil dos colaboradores,	Campanhas; Parceiros; Desenvolvimento de todos os setores da ONG, Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Social, Do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas Demonstrativos: Despesa, Receita, Recurso por projeto,

VITÓRIA-RÉGIA						
2009-2013	2010	2011	2012	2014	2015	2016
Campanhas; Parceiros;	Campanhas; Parceiros; Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Social, Do Fluxo de Caixa, Demonstrativos: Despesa, Receita,	Campanhas; Parceiros; Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas Demonstrativos: Despesa, Receita, Campanhas; Parceiros; Parecer do Auditor, Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas Demonstrativos: Despesa, Receita,	Campanhas; Parceiros; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas Demonstrativos: Despesa, Receita, Evolução das Contas,	Campanhas; Parceiros; Demonstrações: Balanço Patrimonial,	Campanhas; Parceiros; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício,	Campanhas; Parceiros; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Demonstrativos: Índice de Liquidez, Índice de Rentabilidade,

SCM		
2001-2010	2011-2012	2013-2014-2015-2016
Campanhas; Parceiros; Gestão Financeira;	Campanhas; Parceiros; Gestão Financeira; Parecer do auditor; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Social, Do Fluxo de Caixa,	Campanhas; Parceiros; Gestão Financeira; Parecer do auditor; Demonstrações: Balanço Patrimonial, Do Resultado do Exercício, Do Resultado Abrangente Das Mutações do Patrimônio Social, Do Fluxo de Caixa, Nota explicativa,